

## RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL

**Processo** : TC-004089.989.22-2  
**Entidade** : Prefeitura Municipal de Álvares Machado  
**Assunto** : Contas Anuais  
**Exercício** : 2022  
**Prefeito(a)** : Roger Fernandes Gasques  
CPF nº : 350.139.648-14  
Período : 01/01/2022 a 31/12/2022  
**Relatoria** : Dr. Edgard Camargo Rodrigues  
**Instrução** : UR-05 / DSF-I

### Senhora Chefe Técnica da Fiscalização,

Trata-se das contas apresentadas em face do artigo 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo-LOTCESP).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Roger Fernandes Gasques, responsável pelas contas em exame e atual responsável (Evento 16.1). A respectiva declaração de atualização cadastral (CadTCESP) está juntada no Arquivo 01.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;

5. Análise, baseada em amostragem, do planejamento orçamentário/financeiro (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA), assim como do planejamento setorial (Planos Municipais);

6. Relatórios de fiscalizações ordenadas (TC-007116.989.22-9);

7. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

8. Relatório periódicos semestral

9. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados das fiscalizações apresentam-se no relatório de acompanhamento semestral, bem como no presente relatório, antecédidos pelo planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que o relatório de acompanhamento está juntado no evento 16.29 destes autos, o qual foi submetido à Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

## PERSPECTIVA A: ASPECTOS PRELIMINARES DE INTERESSE

### A.1. ÍNDICES E INDICADORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Consignamos os dados e índices do Município e da gestão municipal considerados relevantes para um diagnóstico:

DESCRIÇÃO	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
População <sup>1</sup>	25.078	2021
Densidade demográfica <sup>1</sup>	67,69 hab/km <sup>2</sup>	2010
Extensão territorial <sup>1</sup>	347,647 Km <sup>2</sup>	2022
Atividade econômica predominante <sup>2</sup>	Serviços	2020
Arrecadação Municipal <sup>3</sup>	R\$ 106.585.386,44	2022
Receita Corrente Líquida-RCL <sup>3</sup>	R\$ 102.959.619,37	2022

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, dados de Panorama: População e Território, e Pesquisas: Produto Interno Bruto dos Municípios (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>; acesso em: 23.05.2023).

<sup>2</sup> Fonte: <https://municipios.seade.gov.br/economia/>. Acesso em 23.05.2023.

<sup>3</sup> Fonte: Demonstrativo da RCL do último semestre do ano de referência, disponível no Sistema Audesp e Relatório de Instrução de dezembro do exercício em exame do Portal da Transparência Municipal do TCESP (disponível em: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/>) acesso em: 23.05.2023).

O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), após validação da Fiscalização:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
<b>IEG-M</b>	C+	C+	C+	C+
i-Planejamento	C	C+	C	C
i-Fiscal	B	B	B	B
i-Educ	C+	C+	C+	C+
i-Saúde	B	B	C+	C
i-Amb	C	C	C	C
i-Cidade	C	C	C	C+
i-Gov-TI	C	C	B+	B+

## A.2. HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Demonstramos a síntese do apurado pela Fiscalização nos 2 (dois) últimos exercícios fiscalizados:

ITENS	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021
CONTROLE INTERNO	REGULAR	REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	3,39%	10,87%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	8,33%	4,90%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO	PREJUDICADO
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PREJUDICADO	PREJUDICADO
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	48,41%	41,85% <sup>1</sup>
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF)?	SIM	PREJUDICADO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21 da LRF?	SIM	PREJUDICADO
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição	26,87%	25,34%

Federal-CF (Limite mínimo de 25%)		
ENSINO: Fundeb <sup>2</sup> aplicado (Limite mínimo): 2020-profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício (60%); 2021-profissionais da educação básica em efetivo exercício (70%)	66,30%	70,68%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	99,14%	93,65%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual do montante recebido no exercício examinado, foi aplicada até o exercício seguinte, sendo: 2020-até 5 % do recebido, com prazo até 31/03/2021; 2021-até 10% do recebido, com prazo até 30/04/2022?	SIM	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	23,26%	21,13%
Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Parcialmente	Parcialmente

<sup>1</sup> Com os ajustes da fiscalização à época.

<sup>2</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas Contas:

Exercícios	Processos	Trânsito em julgado	Pareceres	Principais itens que ensejaram o parecer desfavorável
2021	TC-007042.989.20-2	Pendente	Favorável com recomendações	Prejudicado
2020	TC-003059.989.20-2	13.05.2022	Favorável com recomendações	Prejudicado
2019	TC-004711.989.19-4	12.05.2021	Favorável com recomendações	Prejudicado

### A.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

No período em exame, foram realizadas as seguintes fiscalizações ordenadas:

Mês: Março/2022	Tema: Resíduos Sólidos
Fiscalização Ordenada nº	01/2022
TC e evento da juntada	TC-007116.989.22-9, evento 12
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de transbordo;</li> <li>Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;</li> <li>A prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações;</li> <li>Não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;</li> <li>A coleta de lixo doméstico no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré-estabelecidos);</li> <li>Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de</li> </ul>

	<p>processamento de resíduo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A coleta seletiva no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré-estabelecidos);</li> <li>A água que abastece o Município não provém, em sua totalidade, de Estação de Tratamento de Água (ETA);</li> <li>O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º;</li> <li>Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde);</li> <li>A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB;</li> <li>Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão);</li> <li>Foi verificada a seguinte irregularidade na área de triagem/transbordo: presença de animais;</li> <li>Não existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde.</li> </ul>
Irregularidades remanescentes na data da fiscalização in loco (15/05/2023):	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de Transbordo;</li> <li>Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;</li> <li>A prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações;</li> <li>Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;</li> <li>A água que abastece o Município não provém, em sua totalidade, de Estação de Tratamento de Água (ETA);</li> <li>O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º;</li> <li>Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde);</li> <li>A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB;</li> <li>Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão);</li> <li>Foi verificada a seguinte irregularidade na área de triagem/transbordo: presença de animais.</li> </ul>

Demais falhas verificadas quando da fiscalização *in loco* foram relatadas no item B.5.1. ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM deste relatório.

Mês: Agosto/2022	Tema: Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares
Fiscalização Ordenada nº	03/2022
TC e evento da juntada	TC-007116.989.22-9, evento 41
Irregularidades verificadas:	Não há AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada.
Irregularidades remanescentes na data da fiscalização in loco (15/05/2023):	Não há AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada.

Comentários a respeito também no item B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M) deste relatório.



## A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna da Prefeitura está regulamentada através da Lei nº 2.926, de 15/06/2016 (Evento 16.2), que também criou a função gratificada de Controlador Interno.

Através da Lei Complementar nº 42/2022, de 12/05/2022 (Evento 16.3), a função de Controlador Interno foi alterada para função de confiança<sup>1</sup>, sendo a diferença das funções esclarecida nos parágrafos do seu artigo 2º, transcritos a seguir:

*§1º O servidor público efetivo designado para o exercício de função de confiança. passará a responder exclusivamente pelas atividades correspondentes.*

*§2º O servidor público efetivo designado para o exercício de função gratificada exercerá cumulativamente as atribuições de seu cargo de origem.*

O responsável pela controladoria é o servidor Washington de Souza Leite, nomeado, a princípio, através da Portaria RH 336/2017, e posteriormente através da Portaria nº 551/2022, quando da alteração ocorrida no tipo da função (Evento 16.4).

Com relação aos relatórios emitidos, em que pese a sua emissão sistemática, de forma mensal, constatamos carência de fiscalizações de natureza operacional e de desempenho previstos na regulamentação das atividades do setor, restringindo-se os assuntos ali tratados à informação de índices e valores de execução orçamentária, valores aplicados no Ensino, Saúde, despesa de pessoal, licitações realizadas, entre outros itens. Relatórios nos Eventos 16.5 a 16.7 e Arquivos 11 a 16.

Verificamos ainda, em nossa análise por amostragem, falha nas análises dos dados do próprio relatório, como ocorreu, por exemplo, no item 022. AVALIAÇÃO DOS REPASSES MENSAIS AO LEGISLATIVO (pág. 42 do Relatório de dezembro/2022)<sup>2</sup>, onde consta, no primeiro quadro, como fixado o montante de R\$ 2.700.000,00, não tendo sido realizado repasse algum, e devolvido o mesmo valor. Já no segundo quadro, foi apresentada uma evolução dos repasses, de 2019 a 2021, estando os valores repassados zerados e constando R\$ 2.302.050,00 devolvidos anualmente.

---

<sup>1</sup> Artigo 3º

<sup>2</sup> Arquivo 16

Logo abaixo dos quadros citados, consta a seguinte Nota Conclusiva do Controlador: “Os repasses foram feitos de acordo com o previsto no orçamento anual, dando ciência ao Chefe do Executivo”.

Tal situação configura a emissão automática de tais relatórios, e ainda com falhas, sem análises mais detalhadas pelo responsável pelo setor, que conforme já mencionado, responde exclusivamente pelas atividades do Controle Interno, sem outras atribuições<sup>3</sup>.

Ressaltamos a importância do controle interno no aprimoramento da gestão mediante avaliação do desempenho das atividades administrativas do Executivo, no auxílio da identificação e avaliação de riscos, na definição de estratégias para melhorar o gerenciamento, no estabelecimento de controles internos adequados e na conferência da exatidão e fidelidade dos dados contábeis.

Ainda com relação aos relatórios, destacamos que não possuem tópico sobre o atendimento às recomendações deste Tribunal constantes dos pareceres das contas de exercícios anteriores. Também verificamos que o responsável não tratou ou, quando o fez, deixou de detalhar, assuntos importantes verificados pela fiscalização e apontados nos diversos itens deste relatório.

O responsável pelo controle declarou (Arquivo 17) que além dos alertas citados nos relatórios mensais realiza várias outras verificações e recomendações, no entanto não apresentou quaisquer registros que confirmassem sua declaração.

Conforme informado pela própria Prefeitura ao IEG-M, na questão nº 16.2.1, o Sistema de Controle Interno não exerce as seguintes funções constitucionais/legais: constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais da Câmara Municipal; e verificação da fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964).

Pelo exposto, constatamos que o Controle Interno deixou de cumprir o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

---

<sup>3</sup> Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 42/2022, de 12/05/2022 (Evento 16.3)

## A.6. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e as verificações efetuadas no período em exame, constatamos a seguinte obra paralisada no Município:

OBRA PARALISADA					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
Não consta	648.993,56	610.581,04	Terraloc Construções Terrap. e Locações Ltda EPP	04/04/2017	Ampliação do Centro de Triagem - Coleta Seletiva Compensação Ambiental Acordo entre MPF MPE CESP.

Disponível

em:

[https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel\\_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero](https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero). Acesso em: 02.06.2023.

Conforme declaração juntada no Arquivo 18, a origem informou que a obra está parcialmente concluída e que resta apenas o Projeto de Prevenção de Incêndio solicitado pela Caixa Econômica Federal, em virtude da envergadura da obra, e que o projeto e a documentação técnica estão em análise pelo órgão, para posterior licitação e execução.

Informamos que o assunto continuará sendo objeto de verificação quando do acompanhamento semestral do próximo exercício.

## PERSPECTIVA B: FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sob o pressuposto da amostragem, inclusive nos procedimentos de validação do IEG-M, constatamos o seguinte:

### B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Planejamento	C	C+	C	C



De plano, consignamos que as notas “**C / C+**” obtida nos três últimos exercícios avaliados, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item “F.2” deste relatório.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos as seguintes falhas que ensejaram retificações pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- ❖ A Origem informou em resposta ao Questionário IEG-M que as atas das audiências públicas estão disponíveis e acessíveis na internet: questão nº 1.4.1. No entanto em consulta ao portal de Transparência da Prefeitura, verificamos que não são disponibilizadas as atas de audiência (Arquivo 19), o que compromete a transparência da Gestão Fiscal tratada no artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, e no artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011.
- ❖ Na questão 7.1.1, a Prefeitura informa que houve avaliação da implementação de todos os programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas, entretanto, quando solicitada a avaliação pela fiscalização, declarou que não houve as referidas avaliações (Arquivo 20).
- ❖ A Prefeitura informou incorretamente, na questão 14 do i-Plan/IEG-M, a existência de estrutura administrativa para o planejamento. Alteramos a questão com base no detalhado em Gestão – Estrutura Administrativa, nesse mesmo item do relatório.

Ainda acerca do IEG-M, constatamos, além das irregularidades citadas acima, as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

### Diagnóstico

- As audiências públicas são realizadas em dias de semana, em horário comercial (8 às 18 horas), o que dificulta a participação da classe trabalhadora no debate. Referência: questão nº 1.3.

- Não foram considerados os seguintes elementos no processo de planejamento e organização das audiências públicas: disponibilização prévia de material de apoio a respeito dos temas a serem debatidos; planejamento logístico; indicação de mediador qualificado; definição de mecanismos de avaliação; e elaboração e divulgação do Relatório contendo a análise das demandas e sugestões coletadas. A falta de tais elementos compromete o alcance dos resultados pretendidos no debate com os cidadãos. Referência: questão nº 1.5.

## Orçamento

### Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

- A LDO prevê autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual acima da inflação. O estabelecimento de percentual acima da inflação para realização de remanejamento, transferência e transposição pode indicar excessos na reprogramação orçamentária pelo gestor público para modificação do orçamento durante a sua execução sem o conhecimento do órgão legislativo, o que pode causar desconfiguração do orçamento original. Referência: questão nº 8.2.1.

Percentual previsto na LDO para transposição, remanejamento e transferência: 10,00 %

IPCA Jul20-Jun21: 8,05%

### Lei Orçamentária Anual – LOA

- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação. Recomenda-se a utilização de percentual moderado de alteração orçamentária para abertura, por decreto, de créditos suplementares (artigo 165, § 8º, da CF), conforme disposto no Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais do TCESP (2019). Referência: questão nº 12.1.

Percentual previsto na LOA para abertura de créditos adicionais por decreto: 10,00 %

IPCA Jul20-Jun21: 8,05%

Além disso, o índice de 10% previsto legalmente pelo Município não foi observado e o assunto foi tratado no item **C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** deste relatório.

## Gestão

### Estrutura Administrativa

- O município havia informado no IEG-M (questão 14) que possui estrutura administrativa voltada para o planejamento. Conforme já destacamos anteriormente, essa questão foi alterada tendo em vista a declaração juntada no Arquivo 21, onde consta que o responsável pelo planejamento municipal é a Assessoria Contábil, juntamente com os diretores de divisão, relacionados os esses últimos no Arquivo 20.

Assim, com base em tais informações, constatamos que, na verdade, a Prefeitura em análise não possui uma estrutura administrativa voltada para o planejamento, o que pode comprometer o desempenho dessa função, tendo em vista que o setor de planejamento é um órgão de nível de Gabinete (Órgão de Cúpula), preferencialmente não vinculado aos órgãos de atividades-fim ou de linha, visto que dá as diretrizes para os demais órgãos municipais. Além disso, é importante destacar que, dentro da estrutura municipal, desempenha as funções de articulação, coordenação e atualização do sistema municipal de planejamento e gestão, com a finalidade de assegurar a direcionalidade da gestão institucional e a eficiência e eficácia no cumprimento de objetivos e metas definidas pelo governo municipal.

## Controle e Avaliação

### Sistema de Controle Interno

- O Sistema de Controle Interno não exerce as seguintes funções constitucionais/legais: constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais da Câmara Municipal; e verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964). Referência: questão nº 16.2.1.

Impropriedades relativas ao Sistema de Controle Interno do município foram anotadas no item **A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO** deste relatório.

### Análises do Sistema AUDESP

- A Prefeitura Municipal entregou documentos fora do prazo ou não entregou, em desacordo com as Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os Incisos do § 2º do artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Referência: questão nº P4.

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos o exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas.

Tal qual verificado no semestre anterior (Evento 16.29), na verificação dos Anexos do PPA e da LOA transmitidos ao Sistema AUDESP, constatou-se a existência de programas e ações com metas e indicadores estabelecidos. Todavia a maneira de como são apresentados inviabiliza a mensuração da efetividade e eficiência dos programas e ações propostos, pois não é possível verificar se as demandas da população estão sendo atendidas.

A seguir, por amostragem, está demonstrada a forma como essas metas e indicadores são apresentados nos programas e ações (Arquivos 22 e 23):

#### PPA - Programas e Ações para a UO – 7 - Diretoria Municipal de Educação.

Nome do Programa	Nome da Ação	Meta	Unidade de Medida	Qtde ano 2022	Qtde ano 2023	Qtde ano 2024	Qtde ano 2025
Gerenciamento de Creche e Pré-Escola	Pessoal e Encargos Educação Infantil	Pessoal e Encargos Educação Infantil	und	0,00	0,00	100,00	100,00
Gerenciamento de Creche e Pré-Escola	Investimento Para o Ensino Infantil	Investimento para o Ensino Infantil	und	0,00	0,00	20,00	20,00
Gerenciamento de Creche e Pré-Escola	Manutenção dos Serviços de Creche e Pré-Escola	Manutenção dos Serviços de Creche e Pré-Escola	und	0,00	0,00	100,00	100,00
Gerenc. e Execução do Transp. Alunos	Investimento para o Transporte Escolar	Investimento para o Transporte Escolar	und	5,00	0,00	5,00	5,00
Gerenc.e Execução do Transp. Alunos	Manutenção dos Serviços de Transp.de Alunos	Manutenção dos Serviços de Transp.de Alunos	und	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerenciamento do Ensino Especial	Investimento para Ensino Especial	Investimento para Ensino Especial	und	5,00	5,00	5,00	5,00
Gerenciamento do Ensino Especial	Manutenção do Ensino Especial	Manutenção do Ensino Especial	und	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerenciamento do Ensino Fundamental	Investimentos Ensino Fundamental	Investimentos Ensino Fundamental	und	2,00	2,00	2,00	2,00
Gerenciamento do Ensino Fundamental	Manutenção do Ensino Fundamental	Manutenção do Ensino Fundamental	und	100,00	100,00	100,00	100,00

## LOA – Programas e ações para a UO - 10 – Fundo Municipal de Saúde

Nome do Programa	Nome da Ação	Meta	Unidade de Medida	Quantidade	Custo (R\$)
Gerenciamento da Saúde	Investimento P/ Fundo Municipal de Saúde	Investimento P/ Fundo Municipal de Saúde	und	0,00	114.550,00
Gerenciamento da Saúde	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	und	0,00	2.441.000,00
Gerenciamento da Saúde	Manutenção da Assistência Farmacêutica	Manutenção da Assistência Farmacêutica	und	0,00	660.000,00
Gerenciamento da Saúde	Manutenção da Atenção Básica da Saúde	Manutenção da Atenção Básica da Saúde	und	0,00	243.000,00
Gerenciamento da Saúde	Manutenção da Atenção Básica da Saúde	Manutenção da Atenção Básica da Saúde	und	0,00	16.548.140,00
Gerenciamento da Saúde	Manutenção da Vigilância em Saúde	Manutenção da Vigilância em Saúde	und	0,00	140.000,00
Gerenciamento da Saúde	Manutenção da Gestão do SUS	Manutenção da Gestão do SUS	und	0,00	23.000,00

O uso de indicadores nas políticas públicas é tradicionalmente vinculado às etapas de monitoramento e avaliação dos programas. O monitoramento consiste no acompanhamento contínuo da implementação dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas, permitindo que se verifique se as ações estão sendo executadas corretamente e se seus resultados estão sendo alcançados, conforme o planejado.

Sendo assim, a forma como essas metas e indicadores são apresentados (demonstrados nos quadros acima), não trazem informações claras, suficientes e mensuráveis para acompanhamento das prioridades da administração pública dentro dos programas.

A falta de especificações adequadas de programas, ações, indicadores e metas, com medidores que deem transparência às políticas públicas governamentais, fez com que ficasse prejudicada a verificação da eficácia e da eficiência dos programas e ações previstas nas peças de planejamento, conforme exige o inciso II do art. 74 da Constituição Federal (Seção IX Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária).

Assim, não foi possível atestar a eficiência do diagnóstico e a adequação finalística dos programas previstos no PPA do Município.

Da mesma forma, tornou-se inviável atestar a adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 50, § 3º, da LRF.

## B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos a seguinte falha que ensejou retificação pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- ❖ Foi informado pela Prefeitura, que a Prefeitura divulga a arrecadação das receitas em tempo real: questão nº 19.0. No entanto, em consulta ao portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Álvares Machado, o Órgão Executivo não disponibiliza no site as receitas (Arquivo 24).

Ainda acerca do IEG-M, além da irregularidade citada acima, constatamos a seguinte ocorrência que indica a necessidade de correções/melhorias:

- ❖ A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) não foi instituída (Referência: questão nº 11.0) e declaração juntada no Arquivo 21. Informamos que a instituição da CIP foi objeto de recomendação nas contas do exercício de 2019 (TC-004711.989.19-4) e exercício de 2020 (TC-003059.989.20-2)

Cabe ainda a informação de que o responsável pela contabilidade da Prefeitura encontra-se afastado para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, até 22/09/2023. Durante nossa fiscalização, verificamos que os trabalhos inerentes ao cargo vêm sendo desenvolvidos pela empresa de assessoria contábil. O assunto está sendo tratado no item C.1.1. deste relatório.

## B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Educ	C+	C+	C+	C+



De plano, consignamos que a nota “**C+**” obtida nos três últimos exercícios avaliados, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2 deste relatório.

Ainda acerca do IEG-M, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- ❖ O Município não cumpriu o piso salarial mensal dos professores de Creche, Pré-escola, Anos Iniciais e Anos Finais. Referência: questões nºs 1.6, 2.5, 3.3 e 4.3.
- ❖ A Prefeitura Municipal informou que há alunos de Creche, que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, mas que não houve atendimento pedagógico especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino. Dados do Censo Escolar 2022. Referência: questão nº E1.10 / E1.10.1.
- ❖ Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB vigente no ano de 2022. Referência: questão nº 5.0 / E5.
- ❖ Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2022. Referência: questão nº 5.0 / E5.
- ❖ A Prefeitura Municipal informou que possui cinco veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação. Referência: questão nº 13.1.2\* / 13.1.2.1.
- ❖ A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de Creche, Pré-escola e Anos Finais do Ensino Fundamental como temporários. Referência: questões nº E2.6, nº E3.5 e nº E4.5.

#### **B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou demonstrar involução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Saúde	B	B	C+	C

De plano, consignamos que a nota “C” obtida nos dois últimos exercícios avaliados, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2 deste relatório.

Ainda acerca do IEG-M, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- ❖ O município não possui controle de absenteísmo para as consultas médicas e nem para os exames médicos da Atenção Básica. Referência: questão nº 19.0 e nº 20.0.
- ❖ O município não possui controle de absenteísmo de consultas médicas da Média Complexidade. Referência: questão nº 22.4 e nº 22.5.
- ❖ O município não possui estabelecimentos de saúde da rede própria com mamógrafos e nem equipamentos de ultrassom convencional. Referência: questão nº 22.8 e nº 22.9.
- ❖ Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros). Referência: questão nº 13.0.
- ❖ Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2022. Referência: questão nº 13.0.

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos ao exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas, conforme apontamentos nos itens B.4.1 e B.4.2, a seguir.

#### **B.4.1. GESTÃO DE CONSULTAS E EXAMES OFERTADOS PELO ESTADO**

No tocante ao programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, verificamos a existência de demanda para consultas médicas especializadas, que o município não consegue atender na totalidade, havendo, na maioria dos casos, a necessidade de agendamento para a Rede Estadual de Saúde, por meio da Agenda CROSS.

Registramos a fila de espera (demanda reprimida) para algumas consultas e exames de especializadas diversas, demonstrado na tabela a seguir (Arquivo 25):

PROCEDIMENTO CONSULTA	QUANTIDADE DE PACIENTES	DATA DE INCLUSÃO DO 1º DA FILA DE ESPERA
Cirurgia Pediátrica	57	09/2019
Endocrinologia	150	11/2021
Hematologia	45	04/2022
Neurologia	156	10/2020
Oftalmologia	463	10/2022
Pneumologia	33	01/2022
PROCEDIMENTO EXAMES	QUANTIDADE DE PACIENTES	DATA DE INCLUSÃO DO 1º DA FILA DE ESPERA
Colonoscopia	214	01/2019
Ecocardiografia Transtorácica	162	11/2022
Endoscopia Digestiva	457	09/2021
RX de Coluna Lombo-Sacra	189	11/2022
US Abdome Total	706	12/2020
US Mamas	323	11/2021
US Rins e Vias Urinarias	277	06/2021
US Transvaginal	720	05/2021

A falta de acesso dos pacientes a diagnósticos, tratamentos e cirurgias em tempo hábil, prejudica a sua qualidade de vida, muitas vezes por anos. Ademais, a demora no atendimento de alguns procedimentos (cirúrgicos), acaba por incrementar a fila de espera por outros procedimentos (exames, consultas médicas, tratamentos paliativos), uma vez que impõe reavaliações constantes do paciente.

Tal situação retroalimenta e ajuda a sobrecarregar a utilização dos serviços de saúde, gerando maiores gastos pela falta de solução e pelos cuidados paliativos necessários até o diagnóstico e tratamento definitivos.

Outra fila que se avoluma é a “Fisiatria – Triagem”, sendo que a data de inclusão do primeiro da fila para agendamento é de junho de 2018 (Arquivo 25). O tempo estimado para o atendimento impede que os pacientes tenham acesso ao diagnóstico em tempo hábil, tendo sua qualidade de vida consideravelmente prejudicada, às vezes por anos.

Desta forma, a política pública em comento não é devidamente desenhada e institucionalizada, dificultando a fiscalização pelos órgãos de controle dos atingimentos das metas, além da eficiência, eficácia e efetividades dos gastos públicos.

#### B.4.2. ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE

No que se refere à estrutura e segurança das Unidades de Saúde do Município, durante a fiscalização *in loco* realizamos visita à UBS - Unidade Básica de Saúde Diogo Lopes Arques, tendo constatado as seguintes inadequações na estrutura da UBS:

**Foto 01** - Forro da sala com manchas escuras causadas por infiltrações:



**Foto 02** – Rachadura em uma das paredes da cozinha.



**Foto 03** – Sala de atendimento do dentista com vazamentos de água no piso.



**Foto 04** – A infiltração/vazamento da sala do dentista, demonstrada na foto 03, atingiu a parede da sala ao lado.





**Foto 05** – Manchas escuras no forro, consequência dos problemas de infiltração.



**Foto 06** – Rachaduras na parede externa da UBS.





## B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	C	C	C	C

De plano, consignamos que a nota “C” obtida nos três últimos exercícios avaliados, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2 deste relatório.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos a seguinte falha que ensejou retificação pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- ❖ Foi informado em resposta ao Questionário IEG-M, que o município possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal: questão nº 5.0. No entanto, a Origem declarou que o município não dispõe deste plano (Arquivo 26).

Ainda acerca do IEG-M, além da irregularidade acima, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- ❖ Os servidores responsáveis pelo Meio Ambiente não realizaram treinamento específico voltado para a área em 2022, em desatendimento à LF nº 9.795/1999 (art. 8º, inciso I); à LF nº 12.305/2010 (art. 19, inciso IX); e ao Decreto Federal nº 7.404/2010 (art. 77, inciso VII). Referência: questão 1.1.2;
- ❖ Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem. Referência: questão nº 7.0;
- ❖ A Prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). Referência: questão 12.0.

Avançando nas análises da matéria abordada neste item, procedemos ao exame operacional, inclusive cotejando questões desfavoráveis desta dimensão do IEG-M, constatando ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas, conforme apontamentos no item B.5.1 a seguir, com relação à área de transbordo e triagem.

### **B.5.1. ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM**

Informamos, a princípio, que o município possui somente Área de Transbordo e Triagem, sendo que a disposição final dos resíduos sólidos urbanos ocorre no município de Quatá, através do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista.

Conforme consta do item A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO, foi realizada fiscalização ordenada no município, em março/2022, com o Tema “Resíduos Sólidos” (TC-007116.989.22-9).

Relacionamos a seguir as irregularidades constatadas à época na Área de Transbordo e Triagem, e não corrigidas, conforme fiscalização in loco, com nova visita ao local, e informações da própria origem no IEG-M:

- Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de Transbordo;
- Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;
- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduos. Referência: questão 13.0 do i-Amb/IEG-M;
- O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º;
- A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB (Referência: questão 11.3.1 do i-Amb/IEG-M), tendo o município sido multado por esse motivo, em 450 UFESPs, pela CETESB<sup>4</sup>, em agosto de 2022, conforme documento juntado no Arquivo 27.
- Foi verificada a presença de animais na área.

---

<sup>4</sup> Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Multa - AIIPM nº 12001485.

A seguir, fotos realizadas durante nossa fiscalização in loco, demonstrando as inadequações no local:









Informamos que a matéria foi objeto de determinação no parecer sobre as contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18), para que sejam adotadas medidas para melhoria da gestão ambiental.

#### **B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou estagnação em baixo índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	C	C	C	C+

De plano, consignamos que a nota “C” obtida nos três últimos exercícios avaliados, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, assim como o **não** atendimento de **recomendações** desta Corte de Contas, consoante o exposto no item F.2 deste relatório.



No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, constatamos a seguinte falha que ensejou retificação pela Fiscalização, denotando **falta de fidedignidade** na prestação das informações (item E.2 deste relatório):

- A Prefeitura informou que possui um estudo de avaliação atualizada da segurança de todas as escolas e centros de saúde, entretanto informou nos comentários do item que o estudo é o AVCB do Corpo de Bombeiros, o que não atende ao disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. A questão é a de nº 8.0, tendo sido alterada por essa fiscalização.

No procedimento de validação desta dimensão do IEG-M, além da irregularidade acima, constatamos a seguinte ocorrência que indica a necessidade de correções/melhorias:

- ❖ A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil (PLANCON). Referência: questão nº 6.0.

## **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:

- ❖ A Prefeitura não dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório. Referência: questão nº 3.4.
- ❖ A Prefeitura Municipal informou que não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando o artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Referência: questão nº 4.0.
- ❖ A Prefeitura Municipal não realizou a avaliação (mapeamento) dos tipos de dados (assessment). Referência: questão nº 12.0.

Informamos que a matéria foi objeto de recomendação nas contas do exercício de 2019 (TC-004711.989.19-4) e exercício de 2020 (TC-003059.989.20-2), para que adote as providências necessárias à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEGM.



**PERSPECTIVA C: FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA,  
ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL**

**C.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS  
– GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da LRF, o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente, informamos que o Município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021) – Arquivo 21.

**C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou déficit que se encontrou totalmente amparado no superávit financeiro proveniente do exercício anterior, conforme quadro a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 106.585.386,44	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 108.333.780,56	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.700.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 418.168,94	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 4.030.225,18</b>	<b>-3,78%</b>

No exercício anterior houve superávit financeiro no importe de R\$ 15.049.917,76, o que amparou o resultado da execução orçamentária do presente exercício. Informamos, também, que o resultado da execução orçamentária de 2021 foi superávit de R\$ 9.673.963,29.

Constatamos que o município, considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 50.956.214,50, o que corresponde a 67,05% da Despesa Fixada (inicial)<sup>5</sup>, conforme Demonstrativo de Alterações Orçamentárias juntado no Arquivo 29.

<sup>5</sup> R\$ 76.000.000,00 (LOA juntada no Arquivo 28)

Ocorre que o alto percentual de alterações orçamentárias fere a Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito ao planejamento da gestão pública, preconizado no §1º do seu artigo 1º. Um percentual desproporcional à despesa fixada inicial pode desfigurar o orçamento inicial e abrir portas para eventual déficit de execução orçamentária, o que de fato ocorreu no exercício em análise.

Ademais, da análise dos decretos e demais documentos citados no demonstrativo informado pela origem ao Sistema Audesp<sup>6</sup>, bem como do demonstrativo obtido junto à origem (Arquivo 30), verificamos que em praticamente todas as alterações foi informada a Lei nº 3069/2021 (Lei Orçamentária de 2022). As únicas duas leis diferentes que foram citadas não poderiam ser utilizadas para tal fim, já que uma se trata de uma alteração do PPA e LDO (Lei nº 3071/2022) e a outra é a própria LDO do exercício (Lei nº 3063/2021).

Constatamos, assim, que foi ultrapassado o limite estabelecido na LOA, que foi de 10%, já que as alterações corresponderam a 67,05% da Despesa Fixada (Inicial), configurando a abertura de créditos sem prévia autorização legislativa, conforme já informado, situação que contraria o disposto no artigo 167, incisos V e VI, da CF<sup>7</sup>.

Juntamos ainda no Arquivo 31 os decretos que foram citados no demonstrativo juntado no Arquivo 29, demonstrando a seguir que a maioria deles foi utilizada mais de uma vez, resultando em valores maiores:

Decreto Municipal		Utilização do Decreto nas Alterações Orçamentárias		
Número	Valor	Anulação de Dotação	Excesso de Arrecadação	Superávit Financeiro
3029/2022	R\$ 1.154.000,00	R\$ 1.154.000,00	R\$ 933.000,00	-
3034/2022	R\$ 1.301.000,00	R\$ 1.314.000,00	R\$ 1.707.000,00	R\$ 2.137.700,00
3038/2022	R\$ 2.680.700,00	-	R\$ 2.680.700,00	R\$ 2.024.000,00
3044/2022	R\$ 2.402.000,00	R\$ 2.402.000,00	-	R\$ 4.421.500,00
3042/2022	R\$ 1.531.000,00	R\$ 1.531.000,00	R\$ 2.150.000,00	-

<sup>6</sup> Arquivo 29

<sup>7</sup> Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

3048/2022	R\$ 2.950.000,00	R\$ 2.352.000,00	R\$ 2.950.000,00	-
3056/2022	R\$ 5.843.920,00	R\$ 1.582.254,50	R\$ 7.697.520,00	-

Informamos que a matéria foi objeto de recomendação nas contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18-8), exercício de 2019 (TC-004711.989.19-4) e exercício de 2020 (TC-003059.989.20-2).

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2022	Déficit de	3,78%	15,41%
2021	Superavit de	10,87%	4,90%
2020	Superavit de	3,39%	8,33%
2019	Superavit de	3,24%	1,95%

Ressaltamos, por fim, que o servidor ocupante do cargo efetivo de Contador, Sr. João Roberto da Silva, está afastado de suas funções para tratar de assuntos particulares, pelo período de 23/09/2021 a 22/09/2023, sem direito a remuneração (Arquivo 32).

Em decorrência do citado afastamento, o Sr. Antonio Carlos de Araújo, Sócio Proprietário da Empresa Araujo & Silva Assessoria e Consultoria em Administração Municipal S/S Ltda., é quem tem realizado os trabalhos inerentes ao cargo, inclusive assinando as demonstrações contábeis e financeiras da Prefeitura<sup>8</sup>. Documentos juntados no Arquivo 33.

#### C.1.1.1. RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### C.1.1.2. DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

---

<sup>8</sup> Arquivos 06 a 10

## C.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 11.187.027,84	R\$ 15.049.917,76	-25,67%
Econômico	R\$ 6.399.082,93	R\$ 19.359.888,10	-66,95%
Patrimonial	R\$ 61.448.052,70	R\$ 51.863.164,70	18,48%

Os resultados constantes do quadro são os evidenciados nas demonstrações contábeis juntadas nos arquivos 02 a 05.

## C.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superávit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

## C.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	13.404.709,27	15.371.733,39	-12,80%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	13.404.709,27	15.371.733,39	-12,80%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	13.404.709,27	15.371.733,39	-12,80%

## C.1.5. PASSIVO JUDICIAL

### C.1.5.1. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Especial.

Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve depósito da dívida referente ao exercício analisado, tendo sido pago o montante de R\$ 3.062.165,50 ao longo do período (Arquivos 34 e 35).

Oportunamente, no que diz respeito a outros aspectos de interesse, relativos ao tema, verificamos que:

Verificações		
01	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado

Detalhamos, ainda, a situação do controle do estoque da dívida judicial, de acordo com os registros contábeis e Mapa(s) de Precatórios:

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 15.371.733,39
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 1.095.141,38
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 3.062.165,50
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 13.404.709,27

## APURAÇÕES REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109/2021

Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, o quadro a seguir procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2029, conforme Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

EC Nº 109/2021 : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2029	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2022		R\$ 13.404.709,27
Número de anos restantes até 2029		7
Valor anual necessário para quitação até 7		R\$ 1.914.958,47
Montante depositado referente ao exercício de 2022		R\$ 3.062.165,50
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2029		

### C.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, constatamos que **não** houve pagamento de todos os requisitos de baixa monta vencidos no exercício:

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 691.515,99
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 675.500,03
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 16.015,96

Documentos juntados nos Arquivos 36 e 37.

### C.1.6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Considerando o previsto na Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, bem como nas Emendas Constitucionais nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e nº 99, de 14 de dezembro de 2017, não constatamos repasses de depósitos no exercício em exame, ou pendências relativas aos exercícios anteriores, no âmbito do Município (Arquivo 38).



### C.1.7. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
01	INSS:	Sim
02	FGTS:	Sim
03	RPPS:	Prejudicado
04	PASEP:	Sim

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, **não** constatamos irregularidade na gestão dos encargos incorridos no exercício.

#### C.1.7.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Prefeitura não possui parcelamento ou reparcèlement de débitos previdenciários junto ao INSS e ao RPPS.

#### C.1.7.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS e PASEP.

### C.1.8. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da CF.

### C.1.9. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na LRF, quanto à Dívida Consolidada Líquida – DCL, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

### C.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2021	Abr 2022	Ago 2022	Dez 2022
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
<b>Gasto Informado</b>	R\$ 33.104.665,71	R\$ 33.771.251,16	R\$ 35.703.366,53	R\$ 38.088.429,61
Inclusões da Fiscalização	R\$ 3.395.259,74	R\$ 4.403.967,57	R\$ 4.229.340,27	R\$ 5.005.376,86
Exclusões da Fiscalização				
<b>Gastos Ajustados</b>	R\$ 36.499.925,45	R\$ 38.175.218,73	R\$ 39.932.706,80	R\$ 43.093.806,47
<b>Receita Corrente Líquida</b>	R\$ 87.215.925,43	R\$ 93.151.265,35	R\$ 99.198.855,73	R\$ 102.264.609,73
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>RCL Ajustada</b>	R\$ 87.215.925,43	R\$ 93.151.265,35	R\$ 99.198.855,73	R\$ 102.264.609,73
% Gasto Informado	37,96%	36,25%	35,99%	37,24%
% Gasto Ajustado	41,85%	40,98%	40,26%	42,14%

Diante dos elementos apurados, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no artigo 20, III, da LRF.

### AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO:

Promovemos ajustes com a inclusão de valores pagos ao Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP e para prestação de serviço de portaria para o Centro de Gerenciamento e Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos. As despesas são resultantes de serviços contínuos, permanentes e que deveriam ser desempenhados por servidores do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

Informamos que a matéria foi objeto de determinação nas contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18) e de recomendação no exercício de 2020 (TC-003059.989.20).

A fiscalização efetuou a inclusão de R\$ 5.005.376,86 (arquivo 39), segue exposições das inclusões nos subitens a seguir:

#### B.1.9.1.1 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP

Constatamos que no exercício de 2022 o município realizou gastos com profissionais contratados através do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, para o desempenho de atividades típicas e rotineiras da administração, no montante de R\$ 4.981.866,75<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Arquivo 40

Porém, o Órgão vem empenhando estes gastos no subelemento 33903999 e, desta forma, não estão sendo contabilizados como despesas de pessoal.

Assim, por se tratar de despesas que caracterizam substituição de mão de obra, com base no disposto no artigo 18, §1º, da LRF, foram incluídas nas despesas de pessoal, conforme quadro retro, com detalhamento na planilha juntada no arquivo 39.

### C.1.9.1.2 SERVIÇO DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal contratou, por meio de dispensa, Contrato nº 70/2022, a empresa Construpopp de Prudente e Serviços Eireli, para prestação de serviço de portaria para o Centro de Gerenciamento e Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos.

Este contrato foi assinado em 28.07.2022, pelo valor de R\$ 26.658,60 (Arquivo 41), e foi aditado em R\$ 4.685,95, em razão da readequação da jornada de trabalho, alterando o valor para R\$ 31.345,95 (Arquivo 42).

Durante o exercício em análise o total despendido com a prestação de serviço de portaria foi de R\$ 23.510,11, segundo o demonstrativo juntado no arquivo 43.

### C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	808	808	578	552	230	256
Em comissão	33	33	32	30	1	3
<b>Total</b>	<b>841</b>	<b>841</b>	<b>610</b>	<b>582</b>	<b>231</b>	<b>259</b>
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	81		123		38	

Quadro de Pessoal nos Arquivos 44 e 45.

#### **C.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**

A Fiscalização analisou por amostragem as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

#### **C.1.10.2. CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO INCOMPATÍVEIS COM O DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

As atribuições dos cargos comissionados, no município, foram estabelecidas pelos Decretos 1998/05 e 2069/06, e Lei 2612/09 (Eventos 16.20 a 16.22).

Por amostragem, constatamos que as atribuições descritas para os cargos não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF):

##### **ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO** (pg. 02 do Evento 16.20):

- ❖ Divulgar junto aos meios de comunicação campanhas de interesse público;
- ❖ Assessorar o Gabinete e Divisões no contato com a imprensa em geral;
- ❖ Divulgar os eventos e as cerimônias oficiais do município;
- ❖ Desempenhar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

##### **COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO** (pg. 08 do Evento 16.20):

- ❖ Desempenhar todas as funções inerentes ao desenvolvimento urbano que estejam no âmbito da Divisão;
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

##### **COORDENADOR DE CADASTRO TÉCNICO** (pg. 08 do Evento 16.20):

- ❖ Desempenhar todas as funções inerentes ao cadastro técnico que estejam no âmbito da Divisão;
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

**COORDENADOR DE ENGENHARIA E PROJETOS** (pg. 13 do Evento 16.20):

- ❖ Elaborar os projetos de engenharia solicitados por seus superiores;
- ❖ Fiscalizar as obras e serviços de engenharia desenvolvidos no município;
- ❖ Dar parecer e laudos de engenharia solicitados;
- ❖ Controlar os custos das obras executadas pelo município; e,
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

**COORDENADOR DE CPD DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO** (pg. 01 do Evento 16.21):

- ❖ Coordenar a utilização adequada e a manutenção dos equipamentos de informática do setor;
- ❖ Dar suporte técnico aos servidores designados para a utilização dos equipamentos;
- ❖ Fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente a sua área de atuação;
- ❖ Desenvolver tarefas que visem o aperfeiçoamento na utilização dos sistemas e equipamentos do setor; e,
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

Preterir cargos de natureza efetiva por cargos em comissão para desempenho de atividades técnicas, rotineiras e permanentes na administração pode comprometer a continuidade da execução dos trabalhos administrativos com a rotatividade dos servidores comissionados.

Na defesa das contas de 2020 (TC-003059.989.20-2) a Origem alegou que regularizou a situação através da edição da Lei Complementar 28/2021 (Evento 16.24). No entanto, esta lei dispõe somente sobre alterações em alguns cargos em comissão, dessa forma, nota-se que não houve regularização da situação noticiada.

Ainda, conforme declaração juntada no Arquivo 46, não houve novas leis a respeito no exercício de 2022.

Ressaltamos a existência de recomendações a respeito nas contas de 2018 (TC-004370.989.18-8), 2019 (TC-004711.989.19-4), bem como no exercício de 2020 (TC-003059.989.20-2).



### **C.1.10.3. ESCOLARIDADE DOS CARGOS EM COMISSÃO**

Conforme relação fornecida pela origem (Arquivo 47), que especifica a formação daqueles que ocuparam cargos comissionados em 2022, verificamos a existência de contratados com formação incompatível para o provimento dos cargos, em desatendimento ao Comunicado SDG nº 32/2015, Item 8, que exige nível universitário para os cargos em comissão de Direção e Assessoria e nível técnico-profissional para cargos em comissão de Chefia.

Verificamos que com relação à legislação municipal que trata dos cargos em comissão<sup>10</sup>, somente a Lei nº 28/2001 (Evento 16.24) contém previsão quanto ao nível de escolaridade exigido, e apenas para os seguintes cargos: Dirigente de Controle e Manutenção da Frota, Dirigente de Vigilância Sanitária, Assessor de Comunicação Social e Coordenador de Atenção Básica, destacando-se que não houve alterações em 2022, conforme declaração juntada no Arquivo 46.

Informamos que a matéria foi objeto de determinação no parecer sobre as contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18).

### **C.1.10.4. HORAS EXTRAS**

De acordo com a informação encaminhada pela Origem, neste exercício foram realizadas horas extras pelos servidores da Prefeitura de Álvares Machado, e o montante gasto no período foi de R\$ 732.367,83 (Arquivo 48 a 50).

Nas justificativas apresentadas pela Origem, por amostragem, verificamos que na maioria há apenas a quantidade total de horas extras efetuadas no dia, sem descrever claramente o que foi executado e os motivos pelos quais os serviços extraordinários foram realizados (Arquivo 51 a 53).

Ressaltamos que a realização de horas extras deve ser considerada como um trabalho excepcional, devendo ser utilizada apenas para suprir necessidades urgentes e/ou temporárias da Administração Pública.

Diante de todo o exposto, constatamos que a realização de forma habitual e continuada de horas extras, denota, no mínimo, falha de planejamento e de má gestão dos recursos humanos da Prefeitura Municipal de Álvares Machado.

Informamos que a matéria foi objeto de determinação no parecer sobre as contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18)

---

<sup>10</sup> Eventos 16.20, 16.21, 16.22 e 16.24.

### C.1.11. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado pela Lei Municipal nº 2510/07	R\$ 2.840,00	R\$ 11.880,00
Não houve alteração durante os exercícios de 2008 a 2012.		
(+) 5,84 % = RGA 2013 em 01/01/13	R\$ 3.005,86	R\$ 12.573,79
(+) 5,91 % = RGA 2014 em 01/01/14	R\$ 3.183,51	R\$ 13.316,90
(+) 6,41 % = RGA 2015 em 01/01/15	R\$ 3.387,57	R\$ 14.170,51
(+) 10,67 % = RGA 2016 em 01/01/16	R\$ 3.749,02	R\$ 15.682,50
(+) 6,29 % = RGA 2017 em 21/02/17	R\$ 3.984,83	R\$ 16.668,93
(+) 2,95 % = RGA 2018 em 01/05/2018 – Lei Municipal nº 2.987/18, de 03 de março de 2018	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66
(+) Não houve RGA em 2019	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66
(+) Não houve RGA em 2020	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66
(+) Não houve RGA em 2021	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66
(+) Não houve RGA em 2022 (Arquivo 54)	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o artigo 29, V, da CF?	Sim
02	Foi concedida RGA no exercício de 2022?	Não
03	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
04	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
05	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, atualizada?	Sim
06	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Sim

De acordo com nossos cálculos, constatamos os seguintes pagamentos excessivos ao Vice-Prefeito, Sr. Luiz Francisco Boigues, conforme demonstrado a seguir:

Valor da fixação original:		R\$	2.840,00
Fixação revisada até exercício anterior:		R\$	4.102,38
Percentual de revisão no exercício:			
Fixação revisada para exercício em exame:			
Mês inicial da fixação revisada			
Mês	Fixação + Revisão	Pagamento	Diferença
Jan	R\$ 4.102,38	R\$ 4.279,19	R\$ 176,81
Fev	R\$ 4.102,38	R\$ 4.279,19	R\$ 176,81
Mar	R\$ 4.102,38	R\$ 4.279,19	R\$ 176,81
Abr	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Mai	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Jun	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Jul	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Ago	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Set	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Out	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Nov	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
Dez	R\$ 4.102,38	R\$ 4.102,38	R\$ -
13º salário	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Férias (1/3)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total	R\$ 49.228,56	R\$ 49.758,99	R\$ 530,43

Informamos que houve pagamentos a maior ao Vice-Prefeito também durante todo o exercício de 2021, conforme apontamentos no respectivo relatório das contas (TC-007042.989.20-2).

Conforme declaração e demais documentos juntados nos Arquivos 56 e 57, o valor pago a maior de R\$ 176,81 mensais, durante 15 meses<sup>11</sup>, foi atualizado até setembro de 2023, com base no IPCA-E, totalizando R\$ 2.824,66, para pagamento em 28 parcelas.

Verificamos que desde setembro de 2022 vem sendo realizado desconto mensal de R\$ 103,32, em folha de pagamento do vice-prefeito. Ficha financeira do exercício de 2022 no Arquivo 55 Propomos que a matéria seja objeto de acompanhamento nos próximos exercícios.

## **PERSPECTIVA D: FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO ESPECÍFICA NO ENSINO E SAÚDE**

### **D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audeps e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

DESPEZA EMPENHADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	19.005.567,09	28,14%
DESPEZA LIQUIDADADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	18.695.108,65	27,68%
DESPEZA PAGA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	18.663.465,75	27,63%

<b>Fundeb - Despesa Total - Recursos Recebidos no exerc.:</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
DESPEZA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	22.097.546,01	100,30%
DESPEZA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	21.273.612,05	96,56%
DESPEZA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	21.271.814,25	96,56%
<b>Fundeb - Profissionais da Educação Básica</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
DESPEZA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	17.424.580,28	79,09%
DESPEZA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	17.424.580,28	79,09%
DESPEZA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	17.422.782,48	79,08%

Arquivos 58 e 59.

<sup>11</sup> Janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a março de 2022.

No exercício em exame foi observado o percentual mínimo de 90% de aplicação dos recursos do Fundeb recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar, sendo que, por meio de crédito adicional aberto para tal finalidade, constatamos a utilização da parcela diferida no 1º quadrimestre do exercício seguinte (máximo de 10%), atendendo-se ao artigo 25, *caput* e § 3º, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Verificamos, também, que ao final do exercício havia na conta vinculada do Fundeb, saldo financeiro suficiente para quitação de restos a pagar do exercício e para cobertura da parcela diferida, a ser empenhada, liquidada e paga até 30/04 do ano seguinte.

Demais disso, verificamos que houve aplicação não inferior ao mínimo de 70% do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, dando cumprimento ao artigo 212-A, XI, da CF e ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020.

Com relação à aplicação dos recursos do Fundeb, ensejando uma distorção no quadro acima, do fato de que o valor aplicado representou mais de 100% do valor recebido, a Origem declarou que ocorreu em razão da indivisibilidade da despesa processada através da Nota de Empenho nº. 9616/2022, da Empresa JBA Cia Ltda (Arquivo 60, fl. 01).

A Origem informa ainda, que o valor excedente será arcado com recursos próprios do Tesouro.

#### **D.1.1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAT**

O Município não recebeu complementação no exercício em exame.

#### **D.1.2. NÃO ATENDIMENTO AO ARTIGO 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021**

Registramos que nos exercícios de 2020 e 2021 o Município aplicou o percentual mínimo para cumprimento do artigo 212 da CF, não estando sujeito aos ditames da Emenda Constitucional nº 119, de 27 de abril de 2022.

### D.1.3. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, exceto a instituições financeiras com contratos para gestão da folha de pagamento de servidores, nos termos do artigo 21 e §9º da Lei nº 14.113/2020?	Sim
02	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de <b>titularidade do órgão responsável pela educação</b> , nos termos do artigo 69, § 5º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, c/c artigo 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
03	Para compor o mínimo de 70% com profissionais da educação básica, o Município concedeu abono/14º salário/etc. ao final do exercício, embasado em lei específica e critérios técnicos?	Não
04	As despesas do Fundeb estão identificadas no Audeps de acordo com os códigos de aplicação dos recursos Fundeb Impostos, VAAT, VAAR, bem como da parcela diferida para o exercício sob análise?	Sim
05	O Município disponibilizou até 31/08/2022 as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, nos termos do artigo 163-A da CF e do artigo 38 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAT?	Sim
06	O Município disponibilizou, até 16/10/2022, ato declaratório do dirigente máximo da Secretaria de Educação acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios, conforme Resolução nº 01, de 27 de julho de 2022, alterada pelas Resoluções nº 02/2022 e nº 03/2022 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, em face dos artigos 17 e 18 da Lei nº 14.113/2020, habilitando-se a receber a complementação VAAR?	Sim
07	Houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar compondo equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019?	Sim
07.1	As despesas decorrentes do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar foram custeadas com recursos do Fundeb 30%?	Sim

Itens 01/ 02 / 03 / 06 e 07 – Declaração juntada no arquivo 61.

Item 07.1 – Declaração juntada no arquivo 60, fls. 02.

### D.1.4. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

Verificações		
01	A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos da educação básica incluídos nos mínimos constitucionais e legais do Ensino?	Não
02	Com base nos dados informados ao IEG-M e confirmados junto à origem, foi universalizada a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade? Meta 1A do PNE.	Sim
03	O Município tem ofertado educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos? Meta 1B do PNE.	Sim
04	A rede municipal oferece educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica? Meta 6 do PNE – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Sim
05	O Município cumpriu o piso nacional do magistério público da educação básica para o exercício em exame (piso nacional foi de R\$ 3.845,63 para 2022 – 40 horas semanais), definido com base na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008?	Não
06	Sob amostragem, foi constatada adequação do currículo da rede municipal de ensino às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente face ao previsto no artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996, como o ensino da <u>história e cultura afro-brasileira e indígena</u> nos estabelecimentos de ensino <u>fundamental</u> ?	Não
07	Ao final do exercício, a Prefeitura possuía recursos financeiros do salário educação pendentes de aplicação?	Não
08	Ao final do exercício, as contas bancárias que receberam os repasses decendiais previstos no artigo 69, §5º, da LDB, tinham saldo para cobertura dos valores inscritos em restos a pagar até o limite de 25% da receita de impostos?	Sim

Itens 02 / 03 / 04 e 06 – Declaração juntada no arquivo 63.



Item 05 – Declaração juntada no arquivo 62.

Item 08 – Foram pagas mais de 25% das despesas no exercício.

### D.1.5. CONTROLE SOCIAL - ENSINO

Verificações		
01	A composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS está em conformidade com o artigo 34, IV e §1º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
02	Nenhum membro está em condição de impedimento no conselho, nos termos do artigo 34, §5º da Lei nº 14.113/2020?	Não
03	O Gestor do fundo não exerce o cargo de Presidente do Conselho (artigo 34, §6º, da Lei nº 14.113/2020)?	Não
04	Foi elaborado parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo (artigo 33, § 2º, I, da Lei nº 14.113/2020)?	Sim
05	O Conselho supervisionou o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, conforme artigo 33, § 2º, II, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
06	O Município garantiu infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos (artigo 33, §4º, da Lei nº 14.113/2020)?	Sim

Itens 01 a 04 e 06 – Declaração juntada no arquivo 63

Item 05 – Documentos juntados no Arquivo 64.

Constatamos a correta composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS, bem como foi garantida a infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das suas competências, pelo Município.

O Conselho supervisionou o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, e analisou as contas do Fundo, emitindo parecer favorável à aprovação das contas (Arquivo 64).

### D.2. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	R\$	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	15.052.299,54	22,45%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	14.699.185,59	21,92%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	14.579.950,04	21,74%

Arquivo 65.

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no artigo 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.



## D.2.1 ANÁLISE DAS DESPESAS DA SAÚDE

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

## D.2.2. CONTROLE SOCIAL - SAÚDE

Verificações		
01	Constatamos a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados no Conselho Municipal de Saúde - CMS, em conformidade com a Terceira Diretriz da Resolução MS/CNS nº 453/2012?	Sim
02	O Gestor local do SUS apresentou, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Câmara Municipal, relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, nos termos do artigo 36, I a III da Lei Complementar nº 141/2012?	Sim
03	O RAG foi disponibilizado ao CMS até o dia 30/03/2023 (Lei Complementar nº 141/2012, artigo 36, §1º)?	Sim
04	O CMS deliberou sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão – RAG, apresentado pelo Gestor (Quinta Diretriz, VI da Resolução MS/CNS nº 453/2012)?	Sim
05	O Conselho aprovou a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Quinta Diretriz, XIV da Resolução MS/CNS nº 453/2012)?	Sim

Arquivo 66.

Constatamos a correta composição do Conselho Municipal de Saúde, bem como foi garantida a infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das suas competências, pelo Município.

O Conselho aprovou a proposta orçamentária anual da saúde, bem como deliberou sobre o Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Gestor, aprovando-o (Questão nº 12.0 Questionário do IEGM).

## PERSPECTIVA E: TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

### E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

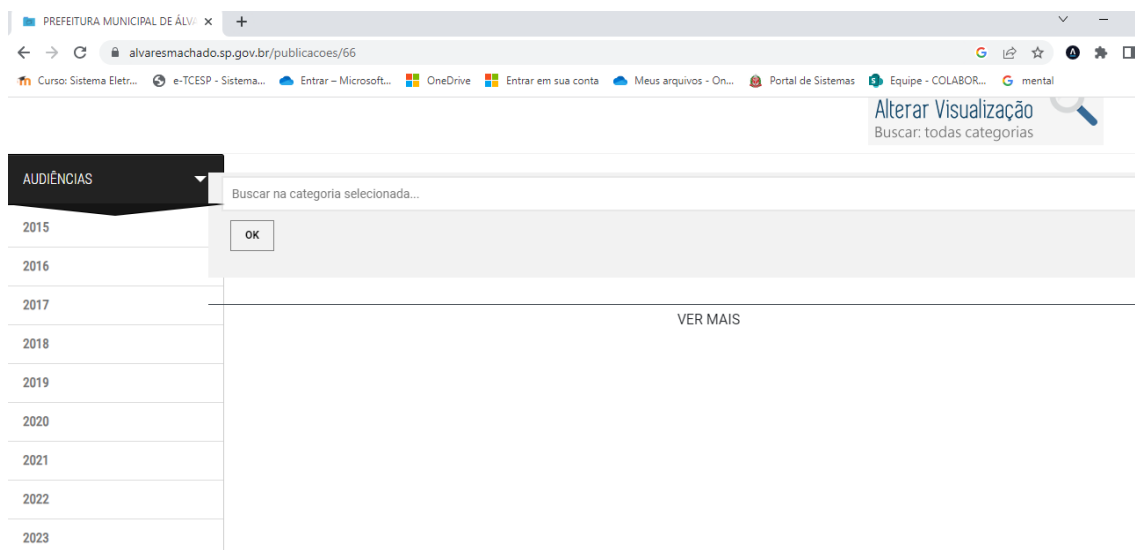
Face ao previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sob amostragem, constatamos as seguintes falhas no site da Transparência da Prefeitura:

- Conforme já comentado no item B.7 deste relatório, não houve regulamentação, pelo órgão, da Lei de Acesso à Informação, contrariando o artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

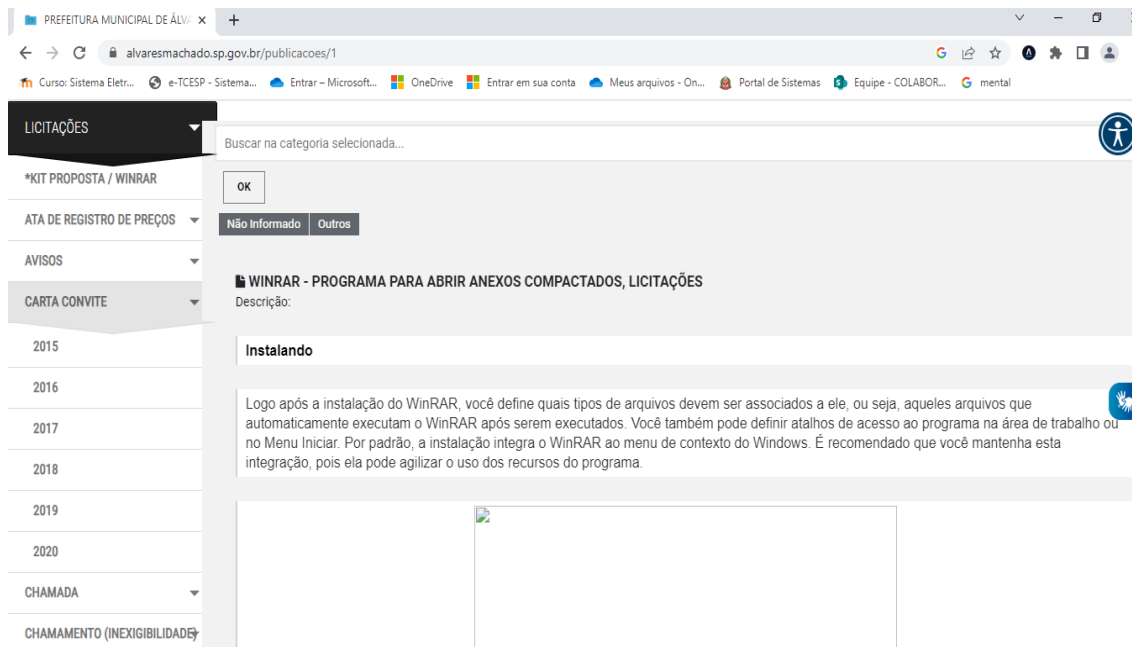
- Não há divulgação das receitas no portal de transparência, bem como não localizamos acesso para consulta das Demonstrações Financeiras (como exemplo: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Balancete Contábil), bem como não localizamos a divulgação dos últimos pareceres emitidos por esta Corte de Contas. A tela a seguir demonstra a situação descrita:



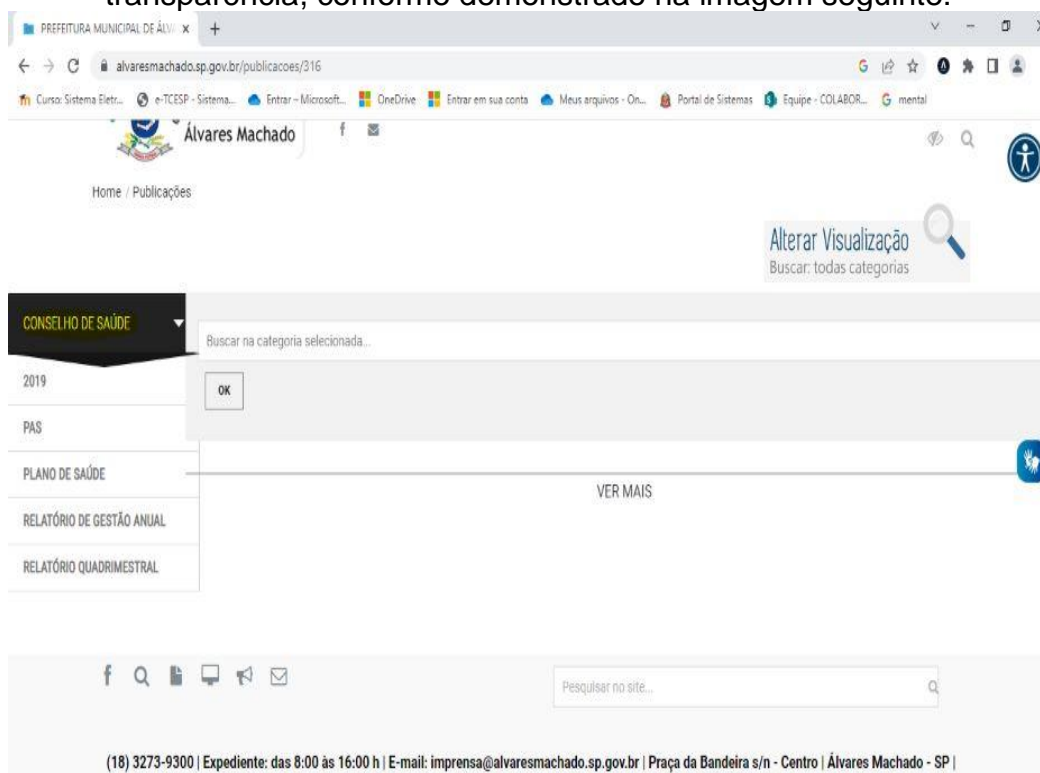
- Também não localizamos as atas de audiência pública, conforme pode ser visualizado na tela a seguir:



- O site não apresenta os editais de licitação na modalidade Carta Convite, a partir do ano de 2021, conforme imagem seguinte:



- Não há divulgação dos planos e relatórios de saúde no portal de transparência, conforme demonstrado na imagem seguinte:



## **E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Como demonstrado nos itens **B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**, **B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**, **B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)** e **B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)** deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEG-M.

Informamos que a matéria foi objeto de determinação nas contas do exercício de 2018 (TC-004370.989.18-8), e de recomendação do exercício de 2019 (TC-004711.989.19-4) e exercício de 2020 (TC-003059.989.20-2).

## **PERSPECTIVA F: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir as seguintes metas propostas pela Agenda 2030 entre países-membros da Organização das Nações Unidas-ONU, estabelecidas por meio Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Arquivo 67):

- **B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

ODS: Metas 16.7.

- **B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**

ODS: Metas 16.6.

- **B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

ODS: Metas 4.a, 4.1 e 4.2.

- **B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

ODS: Metas 3.8

- **B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

ODS: Metas 6.b, 11.6, 12.4, 12.5 e 13.3.

- **B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)**

ODS: Metas 11.a.

- **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

ODS: Metas 16.6 e 16.10.

## **F.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios tempestivamente apreciados, verificamos que, no exercício em exame, o órgão descumpriu as seguintes:

<b>Exercício 2019</b>	<b>TC 004711.989.19</b>	<b>DOE 26/03/2021</b>	<b>Data do Trânsito em julgado 12/05/2021</b>
<b>Recomendações:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aperfeiçoe as peças orçamentárias, estabelecendo indicadores que permitam a real aferição do desempenho;</li><li>• Estabeleça limite para a abertura de créditos suplementares em linha com a inflação esperada para o exercício, conforme o Comunicado SDG nº 29/2010;</li><li>• Aperfeiçoe o setor de Controle Interno;</li><li>• Regularize o quadro de pessoal, definindo corretamente as atribuições dos cargos em comissão, conforme o disposto no art. 37, V, da Constituição Federal;</li><li>• Proceda à instituição da CIP;</li><li>• Adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal, considerando, para tanto, os questionários setoriais, as metas previstas no Plano Nacional da Educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;</li><li>• Informe com fidedignidade e tempestivamente os dados encaminhados ao Sistema Audesp; e</li><li>• Atenda às Instruções e às recomendações deste E. Tribunal.</li></ul>			



Exercício 2020	TC 003059.989.20	DOE 25/03/2022	Data do Trânsito em julgado 13/05/2022
Recomendações: <ul style="list-style-type: none"> <li>Adote as providências necessárias à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEGM, com revisão dos pontos de atenção destacados;</li> <li>Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias;</li> <li>Contabilize corretamente as despesas de pessoal, atentando para o disposto no § 1º do art. 18 da LRF;</li> <li>Aprimore a gestão de pessoal, com vista à identificação das atribuições e requisitos para provimento dos cargos em comissão, cuidando para que estes efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades;</li> <li>Institua a CIP – Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública;</li> <li>Diligencie para que seja suprida a ausência de AVCB nas unidades de ensino e de saúde;</li> <li>Efetue ajustes para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidência contábil;</li> <li>Atenda integralmente às recomendações desta Corte de Contas.</li> </ul>			

## SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (déficit)	-3,78%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	15,41%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Não
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,14%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,14%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,3%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	79,09%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	22,45%

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LOTCESP, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

### A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

- Pendências em relação à fiscalização ordenada de Resíduos Sólidos, apontamentos a respeito também no item B.5.1;
- Pendências em relação à fiscalização ordenada da Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares;

### A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

- Carência de fiscalizações de natureza operacional e de desempenho previstas na regulamentação das atividades do setor;
- Falhas nas análises dos dados constantes dos próprios relatórios, sem análises mais detalhadas do responsável pelo setor;
- Os relatórios não incluem tópico sobre o atendimento às recomendações deste Tribunal e não há informação das impropriedades apontadas neste relatório;
- O Sistema de Controle Interno não exerce as seguintes funções constitucionais/legais: constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais da Câmara Municipal; e verificação da fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos;
- Pelo exposto, deixou de cumprir o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

### B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade em relação aos últimos exercícios;
- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falhas que ensejaram retificações pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos: Diagnóstico; Orçamento;

Gestão (Estrutura Administrativa), Controle e Avaliação (Sistema de Controle Interno) e Análises do Sistema Audesp;

- As metas/indicadores utilizadas pela Prefeitura não trazem informações claras, suficientes e mensuráveis sobre o que o município pretende atingir e quais as prioridades da administração pública, ficando prejudicada a verificação da eficácia e da eficiência dos programas e ações previstas nas peças de planejamento, conforme exige o inciso II do art. 74 CF/88;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- Não foi possível atestar a eficiência do diagnóstico e a adequação finalística dos programas previstos no PPA do Município; bem como se tornou inviável atestar a adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 50, § 3º, da LRF.

## **B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**

- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falha que ensejou retificação pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- A Prefeitura não divulga a arrecadação das receitas em tempo real;
- A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) não foi instituída.

## **B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade em relação aos últimos exercícios;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
  - O Município não cumpriu o piso salarial mensal dos professores de Creche, Pré-escola, Anos Iniciais e Anos Finais;
  - Falta de atendimento pedagógico especializado (APE) na rede municipal de ensino aos alunos com necessidades especiais;
  - Estrutura (que necessitavam de reparos) e inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;

- A Prefeitura possui cinco veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação;
- Existência de mais de 10% do quadro de professores como temporários.

#### **B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
  - O município não possui controle de absenteísmo para as consultas e exames médicos da Atenção Básica, nem para as consultas médicas de Média Complexidade e nem para os exames médicos da Atenção Básica;
  - Não possui estabelecimentos de saúde da rede própria com mamógrafos e nem equipamentos de ultrassom convencional;
  - Estrutura (que necessitavam de reparos) e inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.

##### **B.4.1. GESTÃO DE CONSULTAS E EXAMES OFERTADOS PELO ESTADO**

- Extensa fila de espera (Demanda Reprimida) para a realização de consultas com especialidades médicas e exames, que persiste desde o início do acompanhamento no exercício de 2019, prejudicando o atendimento à população e gerando maiores gastos pela falta de solução e pelos cuidados paliativos necessários até o diagnóstico e tratamento definitivos;
- A política pública em comento não é devidamente desenhada e institucionalizada, dificultando a fiscalização pelos órgãos de controle dos atingimentos das metas, além da eficiência, eficácia e efetividades dos gastos públicos

##### **B.4.2. ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE**

- Durante visita in loco na UBS Diogo Lopes Arques, constatadas inadequações referentes à estrutura e segurança como rachaduras, infiltrações e vazamentos.

## **B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade;
- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falha que ensejou retificação pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
  - O Município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal;
  - Os servidores não realizaram treinamento específico, voltado para a área, em 2022;
  - Inexistência de ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem;
  - A Prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção civil;

### **B.5.1. ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM**

- Resíduos sólidos fora dos containers, carcaças de veículos na área de Transbordo e presença de animais na área,
- Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;
- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza qualquer tipo de processamento de resíduos;
- O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º;
- A área não conta com licença de operação válida da CETESB, tendo o município sido multado pelo órgão, por esse motivo, em 450 UFESPs.

## **B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)**

- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falha que ensejou retificação pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:



- A Prefeitura não possui um estudo de avaliação atualizada da segurança de todas as escolas e centros de saúde;
- Não possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil e estudo de avaliação atualizado da segurança das escolas e unidades de saúde.

## **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
  - A Prefeitura não dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída;
  - Não houve a regulamentação da Lei de Acesso à Informação;
  - Não realizou a avaliação (mapeamento) dos tipos de dados (assessment).

## **C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- Déficit da Execução Orçamentária de 3,78%, amparado pelo superávit financeiro proveniente do exercício anterior;
- Percentual elevado de alterações orçamentárias (67,05%) evidenciando falhas no planejamento, e infringindo o §1º do Artigo 1º da LRF, uma vez que descaracteriza o propósito da existência das peças de planejamento;
- Ultrapassado o limite estabelecido na LOA (10%) já que todas as alterações foram nela baseadas (67,05%), caracterizando a abertura de créditos sem prévia autorização legislativa, contrariando o disposto no artigo 167, incisos V e VI, da CF;
- Constatação da existência de decretos utilizados em duplicidade.

## **C.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA**

- Não houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício.

#### **C.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL**

- Inclusões da Fiscalização: Valores referentes à prestação de serviços contínuos, permanentes, e que deveriam ser desempenhados por servidores do quadro de pessoal.

#### **C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

- Cargos em comissão sem atribuições de direção, chefia e assessoramento (incompatíveis com o disposto no inciso V do artigo 37 da CF);
- Cargos comissionados com formação incompatível para o seu provimento, desatendendo ao Comunicado SDG nº 32/2015;
- Pagamento de horas extras sem justificativas claras e de forma habitual e continuada, demonstrando falhas de planejamento e de gestão de recursos humanos.

#### **D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

- Falha no registro dos empenhos com recursos do FUNDEB, prejudicando a apuração automática dos valores pelo Sistema Audeesp.

#### **E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

- A Prefeitura Municipal não regulamentou a Lei de Acesso à Informação;
- A Prefeitura não disponibiliza no Portal da Transparência a publicação das demonstrações financeiras, divulgação dos últimos pareceres emitidos por esta Corte de Contas, as atas de audiência pública, editais de licitação na modalidade Carta Convite e dos planos e relatórios de saúde, em desatendimento ao artigo 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

#### **E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Constatadas diversas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles apurados no Sistema Audeesp/IEG-M.

### **F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

- O município poderá não atingir várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

### **E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Descumprimento de recomendações deste Tribunal proferidas nos pareceres das contas dos exercícios de 2019 e 2020.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-05, 10 de julho de 2023.

**Marlene Knasel Vorpapel**  
*Agente da Fiscalização*